



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA

TAIANA CARVALHO PAIVA

**HISTÓRIA AMBIENTAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA
SENHORA DO LIVRAMENTO, MUNICÍPIO DE IGARAPÉ- AÇÚ, NORDESTE
PARAENSE, AMAZÔNIA ORIENTAL**

CAPANEMA
2018

TAIANA CARVALHO PAIVA

**HISTÓRIA AMBIENTAL DA COMUNIDADE QUILOMBOLA NOSSA
SENHORA DO LIVRAMENTO, MUNICÍPIO DE IGARAPÉ- AÇÚ, NORDESTE
PARAENSE, AMAZÔNIA ORIENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Agronomia da
Universidade Federal Rural da Amazônia
como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Engenharia Agrônoma.
Orientador: Prof. Dr. Luiz Cláudio Melo
Moreira Júnior.

CAPANEMA
2018

Paiva, Taiana Carvalho

História ambiental da comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, município de Igarapé-Açú, Nordeste Paraense, Amazônia Oriental / Taiana Carvalho Paiva – Capanema, 2018.

62 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Agrônômica) – Universidade Federal Rural da Amazônia, Plano Nacional de Formação de Professores, Campus Capanema, 2018.

Orientador: Luiz Cláudio Melo Moreira.

1. História oral 2. Sistemas sociais 3. Saberes locais 4. Recursos naturais I. Furtado, Mariane Gonçalves (orient.) II. Título.

CDD – 305.8098115

Ficha

elaborada pela Bibliotecária Nilzete Ferreira Gomes (CRB-2/1231)

TAIANA CARVALHO PAIVA

História Ambiental da Comunidade Quilombola Nossa Senhora do Livramento,
Município de Igarapé-Açu, Nordeste Paraense, Amazônia Oriental

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Capanema, como parte das exigências do Curso de Bacharelado em Agronomia para a obtenção do título de Engenheiro Agrônomo.

Aprovado em 17/08/2018

Banca Examinadora:

Luiz Cláudio Moreira Melo Júnior

Luiz Cláudio Moreira Melo Junior - Orientador
(UFRA)

Luciane Cristina Paschoal Martins

Luciane Cristina Paschoal Martins - Membro 1
(UFRA)

Tainan Amorim Santana

Tainan Amorim Santana - Membro 2
(UFRA)

Ao meu amado avô Sebastião Carvalho (in memoriam), que foi um homem de caráter, que era de uma elegância incrível, cheio de sabedoria, amava a natureza, as plantas, os animais.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela oportunidade da vida.

À minha família, mãe Ivete Carvalho, obrigada pela educação, pelo exemplo e pelos ensinamentos dos valores e princípios que me fazem sempre querer ser uma pessoa melhor, por toda força que tu me deste nos momentos difíceis desta caminhada, por todo amor. Às minhas irmãs, Tamara Paiva e Tallyta Paiva, por todo apoio e amor, à minha querida sobrinha Megan Van Brienem. Ao meu Cunhado Tom Van Brienem, por todo apoio, à minha Tia Maria Carvalho, minha Vó Joana da Luz Carvalho e minha Tia Ângela Paiva, obrigada.

Agradeço imensamente ao meu orientador Professor Dr. Luiz Cláudio Melo Moreira Júnior, por ter acreditado em mim, pelos conhecimentos adquiridos nas suas aulas, por toda orientação acadêmica, por toda dedicação e apoio durante toda a construção desse trabalho.

À dona Tereza Soares, grande mulher e líder da comunidade do Livramento, obrigada pelo acolhimento e pela paciência, e a todos da comunidade, onde tivemos a oportunidade de realizar esse trabalho.

Agradeço à equipe do Grupo de Estudos Socioambientais na Amazônia (GESA) da Universidade Federal Rural da Amazônia – Campus de Capanema, por ter me proporcionado tantos conhecimentos, ao coordenador do grupo, professor Luiz Cláudio Melo Moreira Júnior, à professora Eleci Terezinha Dias da Silva, aos meus companheiros do grupo pelos debates e compartilhamento de conhecimentos.

Agradeço à Lara Araújo, que esteve no campo comigo durante a pesquisa desse trabalho, obrigada pela companhia e amizade.

Aos meus amigos, Dimas Monteiro, Welen Rocha, Dagila Rodrigues, e Bruna Oliveira, obrigada pela amizade durante essa caminhada da graduação, por estarem comigo nos momentos ruins e bons que passamos juntos, pelo apoio e pela amizade. À dona Rozaria Nery, minha grande amiga que esteve comigo durante estes anos, sempre me dando força.

O urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral, pois sabemos que as coisas podem mudar. O Criador não nos abandona, nunca recua no seu projecto de amor, nem Se arrepende de nos ter criado. A humanidade possui ainda a capacidade de colaborar na construção da nossa casa comum (FRANCISCO, 2015, p. 5).

RESUMO

Este trabalho objetivou estudar a história ambiental da comunidade de remanescentes de quilombolas Nossa Senhora do Livramento, Igarapé-Açu-PA. Pretendeu-se investigar os saberes locais associados às dinâmicas de uso da terra e suas relações com o sistema social comunitário. A pesquisa foi realizada por meio de relatos orais com os moradores mais antigos da comunidade, pesquisa documental, aplicação de questionários e de entrevistas semiestruturadas. A análise dos subsistemas sociais e do uso cultural dos recursos naturais evidenciou um histórico de degradação ambiental, de impactos socioambientais e de perda da identidade quilombola em função, dentre outros aspectos, do fato de a comunidade estar rodeada por grandes fazendas. Concluiu-se que a história ambiental do Livramento foi marcada por processos culturais e sociais que causaram grandes modificações ambientais, como desmatamentos e problemas na agricultura. Um desafio para o sistema social local é a sua (re)articulação, visando uma melhor gestão dos recursos naturais e um desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: História oral. Sistemas sociais. Saberes locais. Recursos naturais.

ABSTRACT

This paper aimed at studying the environmental history of the community of quilombo remnants from Nossa Senhora do Livramento (Igarapé-Açu-PA) and at investigating the local knowledge associated with the dynamics of land use and its relations with the community social system. The research was carried out through oral reports by the community's oldest inhabitants, documentary research, the application of questionnaires and the use of semi-structured interviews. The analysis of social subsystems and the cultural use of natural resources showed a history of environmental degradation, socio-environmental impacts and loss of quilombola identity due, among other aspects, to the fact that the community is surrounded by large farms. It was concluded that the environmental history of Livramento was marked by cultural and social processes that caused major environmental changes, such as deforestation and problems in agriculture. A challenge for the local social system is its (re) articulation, aiming at a better management of natural resources and sustainable development.

Keywords: Oral history. Social systems. Local knowledge. Natural resources.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura1- Localização da comunidade do Livramento..... | 25 |
| Figura 2- Procedimentos metodológicos que foram adotados de acordo com cada objetivo específicos do trabalho de conclusão de curso..... | 26 |
| Figura 3- Visita na área de estudo na área de estudo..... | 26 |
| Figura 4- Ponte sobre o rio Livramento e caixa d'água, símbolos do período da colonização agrícola..... | 30 |
| Figura 5- Ruínas da estação antiga estrada de Ferro em Livramento..... | 31 |
| Figura 6- Áreas de pasto com gado, vista dos quintais dos moradores de Livramento..... | 32 |
| Figura 7- Rio Castanhalzinho antigo ponto de comércio fluvial dos moradores quilombolas, hoje nas terras de um fazendeiro..... | 32 |
| Figura 8- Rio Banheiro | 33 |
| Figura 9- Rodovia PA-242, que corta a comunidade do Livramento..... | 34 |
| Figura 10- Morador mais antigo e da comunidade e pescador senhor João Gullar da Silva..... | 36 |
| Figura11 - Casas da comunidade..... | 38 |
| Figura12-Plantação de mandioca e feijão no meio da capoeira desmatada..... | 40 |
| Figura 13- Junco seco pronto para venda..... | 41 |
| Figura 14- Campos de junco..... | 42 |
| Figura 15- Canoas utilizadas a para pesca no rio Livramento..... | 43 |
| Figura 16- Equipamentos artesanais utilizados na pesca..... | 43 |
| Figura17-Igreja Católica de Nossa Senhora de Livramento..... | 46 |
| Figura 18- Igreja Evangélica em construção..... | 46 |
| Figura 19- Escola do Primário da Comunidade do Livramento..... | 47 |
| Figura20- Associação dos moradores ARQNSL Associação de Remanescentes Quilombolas Nossa Senhora do Livramento..... | 49 |
| Figura 21- Campo de futebol da comunidade dia, em Jogo de futebol das mulheres..... | 50 |
| Figura 22- Jovens no dia de lazer na ponte do rio Livramento..... | 51 |
| Figura 22- Antigos tambores de carimbo confeccionados por um morador da comunidade..... | 52 |
| Figura 23- Pequenos comércios e bares as margens da PA-242 em Livramento..... | 53 |

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO | 12 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA | 15 |
| 2.1 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL..... | 15 |
| 2.2 A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO | 16 |
| 2.3 COMUNIDADES TRADICIONAIS, TERRITÓRIO E SABER LOCAL | 17 |
| 2.4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS | 19 |
| 2.5 A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO BRAGANTINA E A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO..... | 20 |
| 2.6 HISTÓRIA AMBIENTAL | 22 |
| 2.7 ABORDAGEM SISTÊMICA..... | 24 |
| 3. METODOLOGIA | 26 |
| 3.1 ÁREA DE ESTUDO | 26 |
| 3.2 MÉTODOS | 27 |
| 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO | 29 |
| 4.1 HISTÓRIA AMBIENTAL DA COMUNIDADE DO LIVRAMENTO..... | 29 |
| 4.2 A COMUNIDADE DO LIVRAMENTO E AS MARCAS DA COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA..... | 31 |
| 4.3 A RELAÇÃO COMUNIDADE COM OS RECURSOS NATURAIS..... | 36 |
| 4.4 O USO COMUNITÁRIO DA TERRA | 40 |
| 4.5 A MISCIGENAÇÃO E A PERDA DA IDENTIDADE QUILOMBOLA | 46 |
| 4.6 HISTÓRIA DOS SISTEMAS SOCIAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO | 46 |
| 4.6.1 Subsistema Religioso | 46 |
| 4.6.2 Subsistema Educacional..... | 49 |
| 4.6.3Subsistema de Saúde | 50 |
| 4.6.4 Subsistemas Político e de Lazer | 51 |
| 4.6.5 Sistema de Crenças e Valores | 53 |
| 4.6.6 Subsistema sistema econômico | 54 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 56 |
| REFERÊNCIAS | 58 |
| APÊNDICES | 62 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso aborda as relações entre história ambiental, sistemas sociais e uso dos recursos naturais pela comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, Igarapé-Açú, Nordeste Paraense. Pretendeu-se realizar um levantamento do histórico ambiental da comunidade e as suas interfaces com o uso do território e os saberes culturais dos seus moradores. Os poucos dados históricos existentes sobre a formação da comunidade e a chegada dos primeiros moradores escravos que fugiram do Maranhão justificam o desenvolvimento desse trabalho. O que se sabe sobre o surgimento da comunidade está na memória dos moradores mais antigos, que tiveram acesso a histórias contadas por seus pais e avôs. Essa forma de transmissibilidade da história e da cultura está sujeita a se perder com o tempo. Um dos principais motivos é o acesso a elementos da modernidade, que introduz novos aspectos à cultura local, ocorrendo uma perda dos traços culturais tradicionais, pois as novas gerações, muitas vezes, não têm interesse pelas tradições do passado.

A história de uma comunidade é fator importante que precisa ser lembrado para que as futuras gerações tenham acesso à origem de suas identidades e se reconheçam como parte dessa história e responsáveis pela manutenção da cultura dos seus antepassados, um elemento importante para a luta por direitos, como o acesso à terra quilombola.

Sobre a história, Marx e Engels (2001, p. 46-47) destacam:

A história não é senão a sucessão das diferentes gerações, cada uma das quais explora os materiais, os capitais e as forças produtivas que lhes são transmitidas pelas gerações precedentes; assim sendo, cada geração, por um lado, continua o modo de atividade que lhe é transmitido, mas em circunstâncias radicalmente transformadas.

Diante disso, ressalta-se a importância dos registros orais da história guardada nas memórias dos moradores mais antigos. De acordo com Valentim e Trindade (2011), pode-se dizer que a memória é um fenômeno psicossocial, no qual concorrem velhos e novos processos de recontextualização e de particularização das identidades. Ela tem grande significado para a continuidade da capacidade de transmissão de um grupo.

De acordo com Leff (2003, p. 318),

A memória oral recorre a formas de representação ritual dos saberes que funcionam como memória-ajuda, e a pessoa se vale, entre outros

esquemas orais, de sua própria habilidade perceptiva para recriar rotas e paisagens mediante mapas da memória oral com as quais se orienta e simboliza o espaço geográfico onde o morro, o rio e determinados lugares representam sinais ou signos do saber oral que revivem no olhar.

Destaca-se a importância da preservação da cultura étnica para as reproduções simbólicas tradicionais das comunidades quilombolas. Para Morin (2003), uma cultura fornece os conhecimentos, os valores, os símbolos que orientam e guiam as vidas humanas.

Leff (2009) destaca a importância das identidades das culturas e suas tradições, bem como o enraizamento aos seus territórios étnicos que estão profundamente ligados à conservação da biodiversidade e à manutenção do equilíbrio da resiliência e da complexidade dos ecossistemas, dos quais dependem sua produtividade sustentável.

Destaca Morin (2003, p. 67), “A comunidade tem caráter cultural/histórico. É cultural por seus valores, usos e costumes, normas e crenças comuns; é histórica pelas transformações e provações sofridas ao longo do tempo”. No caso da comunidade quilombola do Livramento, percebe-se uma dinâmica de uso da terra voltada para a agricultura familiar com pequenas roças de mandioca, de feijão e de milho. Os comunitários fazem a extração do junco, uma prática herdada dos moradores mais antigos da comunidade (ARAÚJO, 2017).

Atualmente evidências de campo indicam que os recursos naturais da comunidade estão bem escassos. Ela já não possui muitas áreas de mata densa, como no passado. O recurso natural mais presente no cotidiano da comunidade é o rio, que, assim como no passado, foi importante para a fixação dos quilombolas no território e, ainda hoje, proporciona o lazer e a pesca, sendo esta última uma prática bem rotineira na vida dos comunitários, constituindo um vínculo importante entre o rio e a comunidade.

De acordo com Tourinho (2007), os recursos naturais podem ser de ordem animal, mineral, ou vegetal. Eles adquirirão valor social, econômico ou político, podendo despertar interesse de acordo com o seu valor estratégico para o mercado e para a comunidade em que estão inseridos, sendo passíveis de esgotamento, tanto em quantidade como em qualidade.

Segundo Barbieri (2011, p. 8),

Os recursos naturais não podem ser considerados entidades independentes, pois o que ocorre com um influencia o outro. O uso perdulário ou inadequado de um recurso natural em larga escala pode

comprometer as funções ambientais, que, por sua vez, acaba afetando sua utilização nos períodos seguintes.

Cada povo, de acordo com a sua etnia e a sua diversidade cultural, tem suas próprias formas de manejo dos recursos naturais. Esse manejo está relacionado com práticas sociais, econômicas, culturais, religiosas, de acordo com os mitos, os rituais, os usos e os costumes, que estabelecem significações sobre a natureza e as normas sociais, assim definindo a forma de acesso, uso e manejo desses recursos (LEFF, 2009).

Tais considerações ressaltam os modos de vida das comunidades tradicionais, que, conforme Marin e Castro (2004, p. 38) destacam:

O grupo étnico retira da terra não somente a produção necessária para o seu sustento, mas também as histórias referentes à ocupação singular do território. Por isso, a sua permanência ali por várias gerações muitas vezes contraria a lógica da propriedade privada e sustenta-se na ideia de herança, herdeiros, direitos e uso em comum de recursos e da própria terra.

Hoje, a comunidade de Livramento se encontra cercada pela agropecuária de grande escala, estando o seu território comunitário tradicional rodeado por grandes fazendas. Souza e Oliveira (2014) já demonstravam preocupação com esta comunidade ao perceber um processo de monopolização territorial na comunidade, que possui 178,1272 hectares, divididos para 53 famílias, na época, já com indícios de excesso em torno da sua capacidade de suporte.

As questões norteadoras deste trabalho de conclusão de curso foram as seguintes: Qual a história da comunidade de remanescentes quilombolas Nossa Senhora do Livramento? Como os comunitários utilizam os seus saberes culturais no cotidiano? Qual a relação desses saberes históricos e culturais com o uso dos recursos naturais?

1.1 OBJETIVOS

1.1 OBJETIVO GERAL

Investigar a história ambiental da comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento e os saberes locais associados às dinâmicas comunitárias de uso dos recursos naturais.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1-Investigar a história ambiental as origens históricas da comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento.

2-Sistematizar os saberes locais em torno do uso cultural dos recursos naturais.

3-Analisar a dinâmica dos sistemas sociais comunitário (político, econômico, educacional, religioso e de lazer).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

O fim da escravidão no Brasil se deu somente em 1888, após decretada a lei Áurea, de 13 de Maio. Em meados do século XIX, já eram muitos os movimentos abolicionistas no Brasil. Antes disso, houve a luta dos movimentos abolicionistas e a resistência dos próprios negros. Destaca-se a aprovação de algumas leis que impulsionaram o fim da escravidão no Brasil, tais como as leis que proibiam o tráfico negreiro, de 1850, a lei do Ventre Livre, de 1871, e a dos Sexagenários, de 1888¹.

Sobre a escravidão no Brasil, Kok (1997, p. 6) argumenta que:

Por meio da violência a escravidão transformou pessoas em mercadoria e as sujeitou à vontade do senhor. A imposição de trabalhos forçados a índios e negros ocasionou o desaparecimento de muitas culturas, a morte de milhares de homens, mulheres e crianças e deixou de herança para as elites brancas preconceito, discriminação e um grande desprezo pelo trabalho manual.

Por mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida, consumida ou exportada no Brasil foi fruto da exploração do trabalho escravo. As mãos escravas extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

A liberdade dos escravos no Brasil não aconteceu somente pelos discursos fervorosos dos abolicionistas ou antiescravistas, mas pelo fato dos cativos nunca terem aceitado passivamente o regime escravista e a condição de escravos (SILVA, R. 2013). A prova disso era a resistência dos negros e a formação dos quilombos, nos quais eles podiam viver livremente e expressar a sua cultura. “Quilombos houve, como o dos Palmares, localizados na região da Serra da Barriga, no atual estado de Alagoas, num

¹ A lei Eusébio de Queiroz – que leva o nome do proponente da lei – foi aprovada pelos deputados brasileiros em 04 de Setembro de 1850, proibindo definitivamente o tráfico negreiro e prevendo punições rigorosas, decisão tomada depois de grande pressão da marinha britânica. A Inglaterra muito se beneficiou com o tráfico negreiro, sendo a segunda potência traficante, mas em 1807 deu fim ao tráfico por pressões abolicionistas. Já a lei do ventre libertava os filhos das escravas nascidos a partir da promulgação da lei, que também obrigava os senhores a cuidar do filho da escrava. Até os oito anos e, depois disso, os senhores podiam receber uma indenização do governo ou utilizar o trabalho do menor até 21 anos, sendo esta a lei abolicionista que causou mais impacto sobre a escravidão no Brasil, aprovada em 28 de setembro de 1871. Por fim, a lei dos Sexagenários libertava os escravos com 60 anos ou mais (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006).

conjunto de aldeamentos onde viviam negros, índios e mestiços” (MENEZES 2009, p. 84).

Não obstante a abolição da escravidão ter sido conquistada, ela não foi capaz de dar condições dignas para essa população viver com a sua liberdade de direito. Atualmente, os reflexos da escravidão do Brasil colonial ainda podem ser vistos e sentidos, por meio da discriminação racial, do preconceito, da desigualdade social, e das várias formas de violência da contra a população negra.

2.2 A ESCRAVIDÃO NO MARANHÃO

Conforme Meireles (2001), a introdução de escravos negros no Maranhão teria acontecido depois de 1661, após a carta de padre Antônio Viera, de 12 de Fevereiro, que pedia a substituição do escravo indígena pelo escravo negro, requerendo a importação de escravos negros para a melhoria da situação dos colonos que estavam em situação de miséria por falta de mão de obra nas lavouras. As origens desses negros africanos eram de Angola e Guiné. A economia maranhense era agrário-exportadora, com destaque para as culturas do algodão e do arroz. A lavoura canavieira surgiu no Maranhão no processo de colonização da portuguesa com a capitania do Pará e Maranhão no início do século XVII com a produção de açúcar e aguardente. Porém, a partir do século XIX, a economia do Maranhão passa a ser baseada na lavoura canavieira, que dependia da força de trabalho escravo, sendo esta lavoura o setor que mais cresceu na segunda metade do século XIX no Maranhão (SILVA, R. 2013).

Sobre a chegada dos africanos no Brasil, Meireles (2001, p.168) diz que:

Aqui chegando o infeliz negro, que um soba qualquer, da costa África, em Angola, em Guiné, ou em alhures, trocara a um capitão do negreiro por tabaco, aguardente e quinquilharias, era depois de ter escapado à horrorosa mortandade que devastavam os porões dos navios tumbeiros, postos a venda e, conseqüentemente, agrilhado, para o resto da vida, a um senhor que dele dispunha como de um animal, uma coisa e, não raramente, ia encontrar o termo de suas desgraças num tronco sobre que morria flagelado pela menor falta cometida, pelo simples fato de ser o homem da mucama apetecida pelo feitor. Então, só uma esperança de melhoria lhe podia sorrir: a da fuga para o mato desconhecido em que se embrenhava, e onde, mais ou menos dias, se reuniria a outros tantos irmãos seus de desdita para formar um mocambo desde onde entrava a assolar a circunvizinhança e até onde seria caçado, como fera, pelos temíveis capitães-do-mato.

Ainda segundo Meireles (2001), foi nos sertões do Turiaçu, no final da capitania de Cumã, que se tem notícia da formação do primeiro quilombo. O mesmo foi

destruído, após ser descoberto pelo governador interino Fernão Carrilho, em 1702, quando foram presos 120 escravos, quantidade que demonstrava que o quilombo já tinha bastante tempo de formação. Em seguida, espalharam-se pelo interior, muitos na baixada entre os rios Itapecuru e Turiaçu, fazendo-se tão numerosos e perigosos que o governo, para resolver o problema, instituiu os chamados capitães-do-mato, que logo estavam em todo o estado (MEIRELES, 2001).

Nas vésperas da abolição, o Maranhão ainda era a província com a maior quantidade de escravos, contando com uma população de mais de trinta mil cativos (SILVA, 2014). Ainda de acordo com Silva (2014), isso poderia ser explicado pelo fato de o Maranhão ter na Companhia do Grão Pará e Maranhão uma grande entrada de escravos e pelo fato de ter sido importadora de mão de obra da África para o trabalho nas lavouras de algodão, arroz e cana de açúcar, deixando o Maranhão na posição de quinta maior província em produção e economia, graças à mão de obra escrava.

2.3 COMUNIDADES TRADICIONAIS, TERRITÓRIO E SABER LOCAL

De acordo com Castro (2000), o território é fundamental para a reprodução comunitária e para a manutenção das identidades locais. Martins (2014) argumenta que a noção de território resgata a ideia de localidade como dimensão espacial para observar as dinâmicas e as construções sociais territoriais. Marin e Castro (2004) afirmam que o território é um ponto chave para se entender as sociedades e as relações entre os indivíduos, pois faz parte das interpretações das culturas e das heranças sociais.

As comunidades tradicionais possuem um saber sobre a natureza que as fazem conhecedoras dos seus ciclos naturais, possibilitando uma relação de respeito e de cuidado. Ademais, “a tradição e a história têm permitido construir culturas que incorporam cosmovisões particulares, linguagens, formas de relação, valores estruturados em torno de uma moral, princípios étnicos, sentido de participação e identidade” (MAIA *et al.*, 2013, p. 18). De acordo com Wagley (1988, p.44),

Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam seus filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, têm suas superstições e seus tabus e são movidas pelos seus valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade, a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura tal como de realidade. Todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma

manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais.

Sobre as sociedades tradicionais e camponesas, Leff (2009, p. 100) destaca a importância do estudo das organizações sociais e das culturas tradicionais, para conhecer e valorizar os seus processos históricos.

Daí a importância de investigar a organização social e produtiva das culturas tradicionais, das comunidades “primitivas” e das sociedades camponesas, para conhecer e revalorizar o processo histórico de assimilação cultural dos processos ecossistêmicos e das transformações que sofreu o meio, assim como os traços culturais fundamentais que constituem a identidade étnica de uma comunidade. Isto permite descobrir a racionalidade de suas práticas de uso dos recursos e reorientá-las para os objetivos da sustentabilidade.

Na concepção de Diegues (2000, p. 39), o “conhecimento tradicional pode ser definido como o saber e o saber fazer, a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano/industrial e transmitidos oralmente de geração em geração”.

Sobre esses conhecimentos e valores culturais, Leff (2009, p.131-132) destaca:

Os valores culturais entrelaçam-se com os saberes da comunidade sobre as condições de produção (saber acumulado numa grande experiência e tradição histórica), manifestando-se tanto na divisão de formas trabalho, como no conhecimento do meio. As técnicas usadas alcançam um alto grau de complexidade, articulando-se com elementos da organização social e com as formações ideológicas, míticas e religiosas das comunidades. Estas formas de coesão social e de autossuficiência produtiva permitem, na atualidade, a sobrevivência de várias populações em condições de autossustentabilidade. O melhoramento destas práticas autogestionárias de aproveitamento múltiplo e sustentável dos recursos poderia reabsorver uma enorme população marginalizada e pauperizada nas zonas rurais.

Diegues *et al.*, (2000) afirmam que os saberes de comunidades tradicionais ajudam na preservação do meio natural onde eles vivem, pois esses saberes são o resultado da interação do homem com a natureza em um processo de evolução mútua, que gera um certo equilíbrio em ambos. Isso nos faz olhar para a diversidade das culturas que estão ameaçadas pela imposição do modelo cultural dominante, o da globalização.

2.4 COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Atualmente, as comunidades quilombolas ainda são sinônimo de resistência e de luta, em função do preconceito ainda vigente em um país que vive uma suposta democracia racial. Trata-se de uma luta pelo reconhecimento e defesa do território historicamente herdado, contra os grandes latifundiários e outros tipos de interesses; luta para manter viva a cultura local ao longo das gerações. Daí se dizer que “os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também a discriminação racial e o preconceito” (SILVA, 2012, p. 6).

A territorialização quilombola se assenta, muitas vezes, na luta para se manter, na reinvenção de uma identidade política que possui direitos e que é registrada pela memória ancestral (SILVA, 2012). Os quilombolas são personagens importantes na história do Brasil e se constituíram como uma forma de resistência, ante a escravidão. Hoje, como espaço de resistência cultural, são denominados remanescentes de quilombos os descendentes dos antigos quilombolas que ainda vivem nas mesmas localidades que moravam os seus antepassados, mantendo tradições e saberes herdados, assim como as identidades étnicas (SILVA; SILVA, 2014).

De acordo com Marques e Malcher (2009, p. 44), podem ser considerados remanescente de quilombolas:

[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da comunidade.

Segundo a Constituição Federal de 1988, no seu artigo 68, “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Nesse sentido, os remanescentes quilombolas, argumenta Santos (2005, p. 52),

[...] podem ser entendidos como um grupo étnico ou uma identidade política assumida, organizada sob uma lógica de economia agroextrativa combinada à concepção de uso comum. Para que exista a condição de etnia é preciso o reconhecimento de uma área comum e de formas de coesão, marcas de singularidade da ocupação.

Nas áreas de jurisdição federal, o reconhecimento do domínio dos territórios quilombolas é de responsabilidade do órgão de terra federal – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (MARQUES; MALCHER, 2009). No âmbito estadual, o órgão responsável pelas demarcações das terras quilombolas e pela regulamentação fundiária é o ITERPA (Instituto de terras do Pará). A comunidade do Livramento, estando em território quilombola estadual, recebeu o título de terra quilombola em 2010, por meio do ITERPA.

2.5 A COLONIZAÇÃO DA REGIÃO BRAGANTINA E A CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO

A chamada Zona Bragantina, localizada na mesorregião Nordeste Paraense, tem 30 mil quilômetros quadrados, sendo limitada ao norte pelo oceano atlântico, ao sul pelo rio Guamá, ao leste pelo rio Gurupi, divisa do Pará com o Maranhão, e ao oeste com a baía do Marajó (LEANDRO e SILVA, 2012).

O processo de colonização da região Bragantina data do final do século XIX e é conhecido pelo novo dinamismo socioeconômico que trouxe para a região. Um dos marcos dessa época foi a construção da estrada de ferro que ligava Belém à Bragança, tendo, ao longo do seu percurso, vários núcleos agrícolas formados a partir da emigração de nordestinos brasileiros e de europeus, que iriam se dedicar à economia comercial (MARIN e CASTRO, 2004).

A estrada de ferro teve um importante papel na colonização da região Bragantina, sendo um desejo antigo dos governadores do Pará do século XIX. Nesta época, pensava-se na instalação de núcleos coloniais na região, fazendo-se necessário a instalação de uma ferrovia. Antes da ferrovia, apesar da proximidade da região Bragantina em relação à capital Belém, o acesso era por via fluvial. (PENTEADO, 1967).

Em relação ao início da construção de estrada de ferro de Bragança, segundo Egler (1961, p. 529),

Após uma série de atrasos, a construção foi finalmente iniciada em junho de 1883. Além do compromisso da construção da via férrea, o contrato estabelecia ainda a obrigação da concessionária de introduzir 10 000 colonos, na base de 2 500 por ano.

A inauguração da ferrovia ocorreu em 03 de abril de 1908, sendo considerada o maior gasto no Brasil com construção de 293 km de ferrovia (SIQUEIRA, 2015). Nos seus escritos sobre o desmatamento desta região, Siqueira (2015, p.173) enfatiza que:

A mãe natureza abre seus braços para aqueles que a agrediram, rasgando suas entranhas, derrubando suas árvores seculares. Assim seguiam os cassacos, como foram chamados os desbravadores, com seus terçados, machados e trilhos. Paralelamente eram colocados os postes da rede telegráfica, responsável pela comunicação entre as estações.

Com o passar do tempo, já não se viam mais as matas virgens, pois já estavam mais distantes das margens da estrada central. E os dois lados da estrada se transformaram em uma constante monótona sucessão de capoeira, demonstrando a decadência progressiva (EGLER, 1961).

Da imagem que tinha o governo sobre essa região na época, Egler (1961, p.529) salienta que:

A exuberância da mata virgem impressionava os governantes fazendo-os cogitar em transformar a fictícia uberdade das terras florestais num manancial para o abastecimento de Belém. Assim, a última quarta parte do século vai assistir ao desenvolvimento de uma nova iniciativa oficial - a colonização.

Para Nunes (2008), as frondosas árvores das florestas da região a ser colonizada eram vistas de duas formas: a primeira associada à fertilidade da terra para o plantio; a segunda em como os recursos vindos das florestas poderiam ser aproveitados.

Por outro lado, o imaginário sobre a construção da estrada ferro e a ocupação da região, aponta, segundo Egler (1961, p. 530),

A ideia de construir uma estrada de ferro como elemento efetivo de penetração surgiu simultaneamente com o propósito de substanciar e garantir este avanço mediante a ocupação produtiva das áreas atingidas pela mesma, através de uma colonização orientada. A introdução do imigrante precedeu, aliás, ao início da construção da estrada, pois o primeiro núcleo instalado - a colônia de Benevides - data de 1875.

Benevides foi a primeira colônia oficial, antes da construção da estrada de ferro. O projeto inicial é de 1848, primeiramente com a concessão das terras. Em 1873, deu-se a demarcação e o preparo dos lotes. Os primeiros imigrantes franceses, italianos e espanhóis chegaram em 1873 (EGLER, 1961).

A lei de nº de 284 de 04 de 1895 autorizou a criação de núcleos coloniais em diversos pontos do estado. Em Bragança foi criada a colônia de Benjamin Constant, em 1894. O núcleo colonial de Castanhal, com migrantes cearenses, sem a participação de imigrantes estrangeiros, a colônia recebeu a categoria de vila em 1899. O núcleo colonial de Marapanim, em 1893, também foi colonizado por nordestinos. O núcleo colonial José de Alencar data de 1898. O núcleo colonial Araripe (Americano) é de 1886. O núcleo Ferreira Pena é datado de 1898. O núcleo colônia Santa Rosa é de 1898. O núcleo colonial Anita Garibaldi, que ligava Castanhal a Curuçá, foi criado em 1898. O núcleo colonial Inhangapy é de 1898 e sua localização visava o escoamento dos seus produtos na estação de Castanhal. O núcleo colonial Ianatema foi criado em 1899. O núcleo colonial de Jambu-Açu, criado em 1895, ficava a 118km de Belém, às margens da linha tronco da estrada de ferro de Bragança, sendo um núcleo bastante produtivo com cultivos de arroz, milho e cana de açúcar, além de frutas diversas. Era a colônia com maior contingente de imigrantes da Bragantina, com destaque para portugueses, espanhóis e brasileiros. Em 1906, Jambu-Açu foi incorporado ao novo núcleo de Igarapé-Açu (SIQUEIRA, 2015). Ademais, algumas destas localidades ainda floresceram nas margens da ferrovia, onde foram construídas estações ferroviárias, paradas ou estribos, constituindo-se em elementos centrais de núcleos produtores de gêneros diversos (LEANDRO; SILVA, 2012).

Em 1964, foi anunciada a extinção da estrada de ferro. Após 82 anos de funcionamento, a “Maria fumaça” parou, ela que transportou sonhos, realidades, esperanças, desejos e muitas vidas (SIQUEIRA, 2005). Conforme Siqueira (2015, p. 226), a “sua extinção acarretou em inúmeros prejuízos ao estado e provocou um verdadeiro retrocesso nas regiões que dependiam única e exclusivamente desse tipo de transporte principalmente no setor das cargas”.

2.6 HISTÓRIA AMBIENTAL

A história ambiental surgiu na década de 1970, em meio às transformações que se davam na relação homem x natureza no contexto da intensificação das discussões a respeito da consciência ambiental e da necessidade de preservação do meio ambiente (OLIVEIRA, 2009). O historiador ambiental, ao estudar a relação e a interação do homem com o ecossistema em que vive, sem separá-lo do meio em que está inserido, busca entender as transformações e as mudanças causadas no ambiente pelos seres humanos (OLIVEIRA, 2009).

A história ambiental está sempre em construção. Por meio dessa relação entre o homem e a natureza, ambos evoluem e se transformam constantemente. Pádua (2012) ressalta que é preciso entender cada época no seu contexto geográfico, social, tecnológico e cultural. Isso porque a natureza guarda boa quantidade de história humana, que é a base de estudo da história ambiental (BARCA, 2012). A história ambiental permite perceber o uso histórico dos recursos naturais, as práticas culturais usadas para garantir a segurança alimentar da comunidade, os tipos de manejo, a relação de preservação ou degradação do ambiente e desses recursos pelos comunitários. Ela salienta as relações do homem com a natureza, argumentando que o homem sempre transforma a natureza de acordo com as suas necessidades, com a sua cultura, deixando marcas profundas, que são detectadas gerações, após gerações.

Nesse sentido, a crise ambiental atual, segundo Leff (2003, p.16), pode ser entendida como crise de civilização e, por isso,

[...]não poderia encontrar uma solução pela via da racionalidade teórica e instrumental que constrói e destrói o mundo. Aprender a complexidade ambiental implica um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento; remete as suas origens, à compreensão de suas causas; a ver os “erros” da história que se arraigaram em certezas sobre o mundo com falsos fundamentos; a descobrir e reavivar o ser da complexidade que ficou no “esquecimento” com a cisão entre o ser e o ente (Platão), do sujeito e do objeto (Descarte), para aprender o mundo coisificado-o, objetivando-o e homogeneizando-o.

Daí Pádua (2012) sugere que a natureza se apresenta como algo em permanente construção e reconstrução ao longo do tempo, distante da visão tradicional de uma realidade pronta e acabada que serviria como exemplo estável o dinâmico mundo humano. Para Barca (2012, p.7):

O conceito de natureza e os termos que estão associados a ela são, em muitos sentidos, históricos. Os seus significados, e as próprias palavras são historicamente construídos, ao mesmo tempo refletindo e constituindo a mudança social.

Ainda segundo Barca (2012), a história ambiental está baseada em três máximas teóricas. Primeiro, a natureza está em constante mudança, que é algo que faz parte dos processos naturais dos ecossistemas terrestres e dos organismos vivos. Segundo, existem alguns conceitos essenciais para estudar e entender as mudanças ambientais, como o fluxo de energia e de matéria que cada sociedade troca com o ambiente, ou seja,

o metabolismo social, assim como a entropia. Terceiro, a forma como a ciência entende o meio ambiente, inclusive a ciência da ecologia e as relações históricas e culturais.

Sobre as transformações históricas, sociais e naturais, Leff (2009, p.113) destaca:

Desta reação ente os processos sociais e naturais mediados pelas transformações históricas, pelas mudanças tecnológicas e pelas organizações culturais, resultam mudanças tecnológicas e pela organização cultural, resulta o meio no qual é possível estabelecer novos estilos culturais de uso dos recursos, inovar praticas produtivas e planificar formas novas de organização sociais, que permitam o incremento da produtividade ecossistêmica e o aproveitamento sustentável dos recursos naturais.

Quando falamos de “meio ambiente”, fazemos referência também a uma particular relação entre a natureza e a sociedade que a habita (FRANCISCO, 2015). A relação entre sociedade e meio ambiente vem se afirmando como uma das principais preocupações, tanto no campo das políticas públicas quanto no da produção de conhecimento (FOLADORI e TAKS, 2004). Daí a questão suscitada por Leff (2003, p.45), qual seja:

Quem poderia então condenar o homem por levar em seu ser este impulso incontrolável para o desperdício, a encarna a contradição de uma vida insustentável? Essa relação entre a natureza e a cultura abre uma estranha dialética na qual o homem inaugura sua historia pondo limites a natureza desbordada de sua sexualidade, para chegar ao “fim da historia” reconduzindo o desejo pela via da economização do mundo arrastada por uma mania de crescimento e um esbanjamento ilimitado de recursos. Esta espiral inflacionaria fez com que as leis da natureza (entropia) impusessem seus limites á cultura da modernidade.

De acordo com a perspectiva da história ambiental, faz-se necessário a construção de uma nova história e que nessa relação homem-natureza possa surgir uma cultura que promova um desenvolvimento sustentável, sendo esse o atual desafio da humanidade.

2.7 ABORDAGEM SISTÊMICA

Na abordagem sistêmica, as propriedades das partes podem ser entendidas apenas a partir da organização do todo (CAPRA, 2006). Ainda segundo Capra (2006), a cada vez que estudamos os principais problemas da atualidade, mais percebemos a ligação entre eles e que não podem ser entendidos isoladamente, pois são problemas sistêmicos e interdependentes.

A aplicação da teoria do sistema social na análise das relações entre os recursos naturais e as comunidades permite a comparação do sistema social como um espelho que reflete a sociedade (TOURINHO, 2007). A base dessa teoria permite o entendimento das interações sociais, das organizações sociais, que vão determinar a forma como são usados os recursos naturais pela comunidade (TOURINHO, 2007). É fundamental estudar as organizações em sua totalidade, não somente as partes isoladamente, para identificar e resolver os problemas na ordem que os unifica, que são resultado da constante interação das partes, que torna o comportamento das partes diferente quando analisadas separadamente (BERTALANFFY, 1968).

Segundo Boff (2009), é preciso considerar as ecologias social e política, que estudam o relacionamento entre sociedade e natureza, investigando a utilização dos seus recursos e serviços, as formas de consumo, as formas de tratamento dos resíduos, as práticas usadas para a regeneração dos recursos naturais já ameaçados, os conflitos em torno do uso dos recursos naturais, dentre outros aspectos.

Uma das teorias das abordagens sistêmicas é aquela proposta pela ecologia profunda, definida por Capra (2006, p. 16) como:

[...] uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominada visão ecológica, se o termo "ecológica" for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos).

Uma das lições que podem ser tiradas da abordagem da ecologia profunda é a não separação do homem em relação ao meio, deixando de ver o mundo de forma fragmentada, realçando uma rede de fenômenos interconectados e interdependentes. Trata-se de reconhecer o valor único de cada ser vivo, sendo os seres humanos apenas um fio particular na teia da vida (CAPRA, 2006). De forma similar, “A ecologia integral procura entender a terra, as energias cósmicas que nos alimentam e sustentam dentro do imenso processo de evolução que ainda esta em curso” (BOFF, 2009, p. 119).

Também a teoria da complexidade propõe uma visão de totalidade. Para Misoczky (2003, p. 8),

A teoria da complexidade se apresenta como um movimento transdisciplinar que tentaria restabelecer a unidade no estudo da

natureza e dos seres humanos, que se teria perdido com a divisão compartimentada decorrente do cartesianismo. Suas origens estão nas abordagens anteriormente revisadas – sistemas, cibernética, autopoiese, mais as contribuições da física, em especial as teorias do caos e de sistemas dinâmicos.

Conforme Boff (2009), a visão da complexidade exige outro tipo de racionalidade e de ciência. Isso porque a ciência clássica se orienta pelo paradigma da redução e da simplificação, enquanto o paradigma da complexidade pede uma abordagem do todo. De acordo com Morin (2003, p.14),

[...] o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes. Ora, os desenvolvimentos próprios de nosso século e de nossa era planetária nos confrontam, inevitavelmente e com mais e mais frequência, com os desafios da complexidade.

Assim, a teoria da complexidade traz uma nova visão sobre a natureza e sobre os saberes que se interlaçam, trazendo um questionamento sobre os valores que permitem pensar novas formas de racionalidade, corroborando Leff (2003), quando afirma que a complexidade ambiental abre uma nova reflexão sobre a natureza do ser, do saber e do conhecer, questionando os valores que permeiam os conhecimentos do mundo.

3. METODOLOGIA

3.1 ÁREA DE ESTUDO

O município de Igarapé-Açu é constituído por dois Distritos: a sede municipal e o Distrito do Caripi. De acordo com o IBGE (2017), a população municipal é de 37.753 habitantes. Localiza-se na metade do percurso da zona Bragantina, a 110 km de Belém do Pará. A sua criação data de 1906 e se remete à fundação do então núcleo agrícola Jambú-Açu.

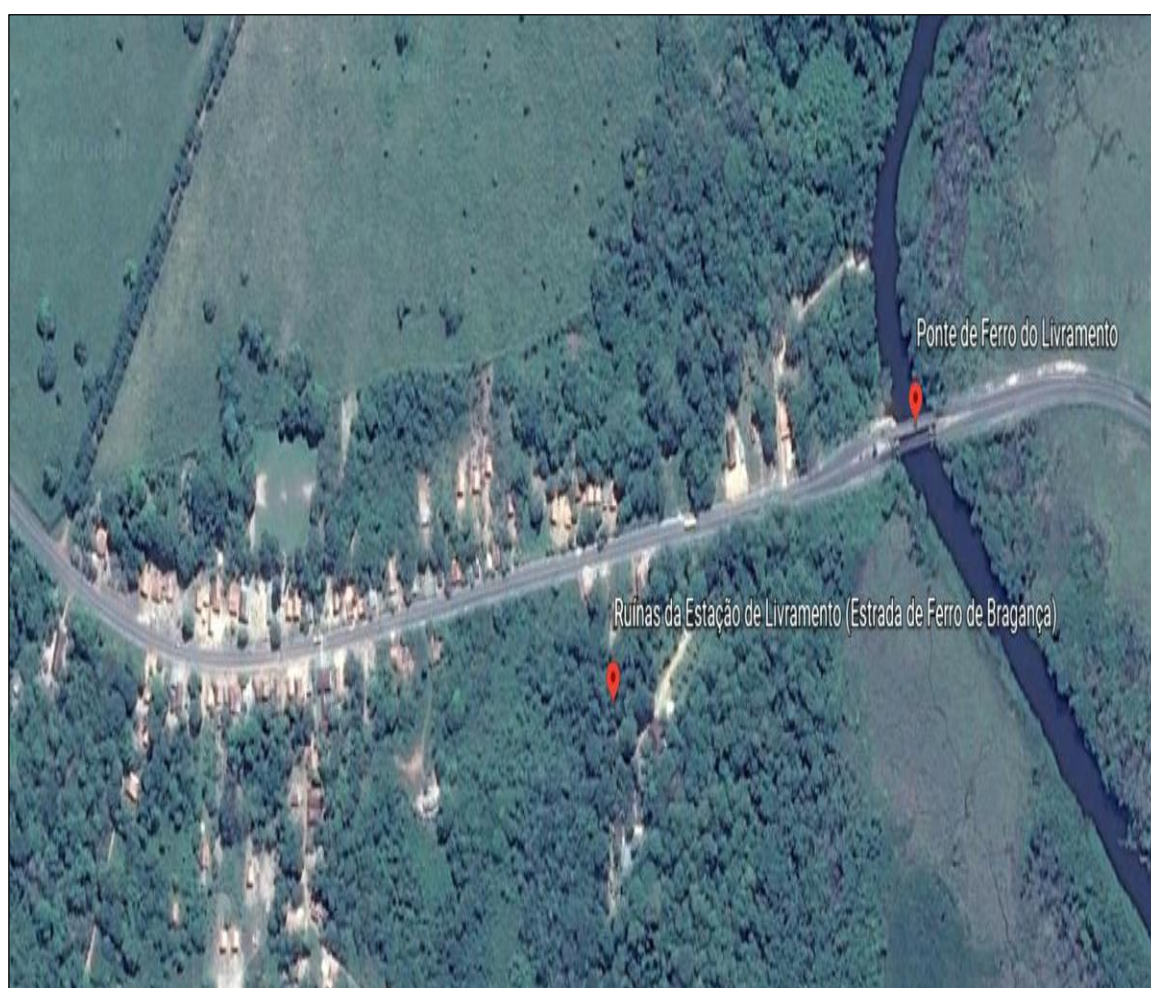
A comunidade de remanescentes de quilombolas Nossa Senhora do Livramento fica localizada no Distrito do Caripi, às margens da Rodovia PA-242, também conhecida como Rota Turística Belém-Bragança, assim chamada por fazer parte da rota da antiga estrada de ferro que ligava Belém a Bragança (Figura 1).

A comunidade é cortada pelo rio Maracanã chamado pelos moradores de rio Livramento. O rio Maracanã que nasce em castanhal e corta a cidade de Igarapé-Açu,

passando por Nova Timboteua e Santa Maria do Pará , é este rio que banha Livramento (FREITAS, 1986).

A comunidade possui extensão de aproximadamente 178 hectares e é recortada pela rodovia PA-242, que interliga o município de Nova Timboteua-PA em distância de 22 km (em linha reta) da sede do município de Igarapé-Açu. A cobertura vegetal da comunidade é de floresta perenifólia e hidrófila, com grande alteração antrópica, sendo substituída pela floresta secundária e áreas destinadas à agricultura, com taxa de 100% de alteração antrópica (PIMENTEL e NASCIMENTO, 2015).

Figura 1- Localização da comunidade do Livramento



Fonte: Google Earth (2018).

3.2 MÉTODOS

A figura 2, a seguir, apresenta os procedimentos metodológicos que foram adotados na pesquisa, de acordo com cada objetivo específico do trabalho.

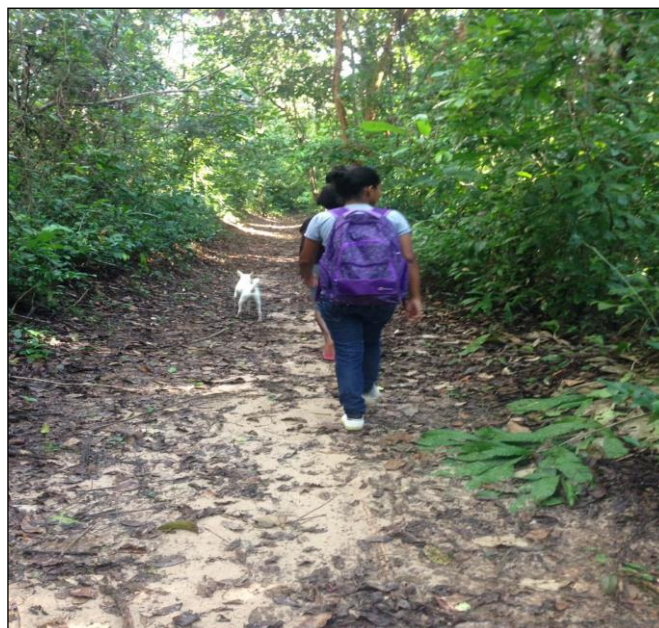
Figura2- Procedimentos metodológicos que foram adotados de acordo com cada objetivo específicos do trabalho de conclusão de curso.

| Objetivos específicos | Como? |
|---|--|
| 1-Investigar a história ambiental as origens históricas da comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento. | 1-Via relato oral com os moradores mais antigos da comunidade e pesquisa documental. |
| 2-Sistematizar os saberes locais em torno do uso cultural dos recursos naturais. | 2-Via aplicação entrevistas semiestruturadas. |
| 3-Analisar a dinâmica dos sistemas sociais comunitário(político, econômico, educacional, religioso e de lazer). | 3-Via aplicação de entrevistas. |

Fonte: Elaboração própria (2018).

O estudo do histórico ambiental da comunidade Nossa Senhora do Livramento, bem como do uso da terra e das práticas agrícolas, foram feitos via relatos orais e 20 entrevistas, nos dias 07/07, 08/07, 14/07 e 15/07/2017 (Figura 3). As entrevistas semiestruturadas foram feitas junto aos moradores mais antigos, registrando-se as suas memórias sobre o histórico ambiental da comunidade. Foram utilizadas ainda pesquisas documentais em bases de dados disponíveis em livros e sites, como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Figura 3 - Visita na área de estudo.



Fonte: Acervo da autora (2017).

Os saberes locais e o uso dos recursos naturais foram sistematizados por meio de entrevistas semiestruturadas, contendo perguntas sobre a interligação entre os saberes históricos, culturais e os recursos naturais e de capital social local, identificando como esses fatores influenciam no território.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 HISTÓRIA AMBIENTAL DA COMUNIDADE DO LIVRAMENTO

A comunidade Nossa Senhora do Livramento possui, atualmente, 82 famílias, que vivem da agricultura, da pesca, além do recebimento de aposentadorias, bolsa família e pequenos comércios. As principais culturas agrícolas são o feijão, o milho e a mandioca, esta última para a produção de farinha. Alguns moradores ainda sobrevivem da pesca, embora esta venha declinando ao longo do tempo. Segundo os relatos dos moradores mais antigos, os primeiros moradores da comunidade foram escravos fugidos do Maranhão, que trabalhavam nos canaviais e que chegaram à localidade por meio do rio, que recebeu o nome de Livramento em função do sentimento de liberdade que acompanhava a chegada ao novo território. Outros moradores afirmam que a origem do nome Livramento vem da devoção à Santa Nossa Senhora do Livramento. Segundo a líder comunitária, a Sra. Tereza Soares da Costa, 55 anos, as histórias que ouvia de sua falecida mãe, a Sra. Osmarina, dão conta que:

O que eu conheço da comunidade, uma história da minha mãe né, o que eu aprendi, que eu ouvia ela falar, que essa comunidade era de quilombola, que a gente não sabia né, mas como um relato da mamãe que ela ouvia o que a família dela conversava em segredo, porque na época as crianças não podiam escutar conversas de adulto, a mamãe era curiosa né, e quando os antigos se reuniam, ela ouvia por detrás das portas, das portas não das palhas, porque nessa época era assim. Eles falavam que os primeiros moradores eram escravos e vieram do Maranhão fugidos de lá, e aqui eles acamparam perto do rio e formaram as primeiras famílias. Eles sobreviviam do rio e da mata (Trecho da entrevista realizada com Sra. T. S. C. no dia 08/07/2017 na comunidade do Livramento).

Próximo ao rio Livramento, os negros que fugiram da escravidão se fixaram em uma área de floresta densa, de difícil acesso, que lhes permitia viver escondidos. Assim formaram o quilombo, longe da escravidão, utilizando para a sobrevivência o rio, por

meio da prática da pesca e do uso da água de boa qualidade, além da caça praticada nas matas e das atividades agrícolas.

Sobre a chegada dos primeiros moradores quilombolas na localidade, sugere-se possíveis datas dessa chegada. Vale ressaltar que a colonização da região Bragantina teve início há 143 anos, tendo como marco a inauguração da primeira colônia agrícola de Benevides, em 1875. Entretanto, os relatos dos moradores mais antigos dão conta de que os quilombolas já estavam na região do Livramento mesmo antes da construção da estrada de ferro, que se iniciou em 1883, sendo tal população formada por escravos que fugiam das lavouras canavieiras do Maranhão. Os estudos de Meireles (2001) indicam que os primeiros escravos negros chegaram no Maranhão depois de 1661. Assim, a história da escravidão no Maranhão teve início há 357 anos. A produção nas lavouras canavieiras surgiu no início do século XVII com os engenhos de açúcar que se localizavam ao longo dos rios que compunham a hidrografia do Maranhão (CUNHA, 2009). No século XIX, a economia maranhense era baseada na produção canvieira sustentada pela mão de obra escrava (SILVA, 2013). Logo, sugere-se que a chegada dos quilombolas em Livramento pode ter ocorrido entre as primeiras décadas do século XVII, até as décadas que se aproximaram do fim da escravidão no século XIX. Segundo Silva (2013), os jornais maranhenses registravam anúncios de fugas coletivas de escravos nas décadas 1880, demonstrando a tensão das décadas finais da escravidão e a resistência dos cativos.

Antes do advento da colonização da região Bragantina, dados oficiais (IBGE, 2017) apontam que, em 1896, com a criação do núcleo de Jambú-Assú, já existiam indígenas na região de Igarapé-Açu, ao sul do município, nas margens dos rios do Prato, Jupi, Limão e Maracanã, uma tribo de Tembés. Encontra-se na literatura registros de uma rota por terra feita por Pedro Teixeira, que ligava Belém ao Maranhão, no ano de 1616 (PENTEADO, 1967). Egler (1961) exalta a aventura de Pedro Teixeira, autor do grande feito. Mas os caminhos por terra tinham seus perigos, daí a existência de outra rota, uma via de fácil acesso, a subida pelo rio Guamá, que chegava até o seu extremo navegável, Ourém, e, então, seguia-se por terra, passando por Bragança. A viagem feita por Pedro Teixeira muito antes da colonização da região Bragantina pode ser uma possível rota feita pelos quilombolas para chegar em Livramento.

O Livramento tem uma forte ligação com a comunidade de São Luiz do Caripi, uma vila que surgiu com o projeto de colonização da região Bragantina, com a criação

dos núcleos agrícolas. O nome Caripi, de origem tupi, significa “caminho de peixe”(Cari= peixe; py= caminho), que é o mesmo nome do rio que divide os dois Distritos do município de Igarapé-Açu, a saber, o Distrito sede e o Distrito do Caripi (ROCHA, 2007). Os relatos dos moradores de Livramento ressaltam histórias de moradores de São Luiz que vinham pescar no rio Livramento e extrair o junco para vender em Igarapé-Açu. Rocha (2007) afirma que o junco extraído nos campos do rio Maracanã, em Livramento, proporcionou o sustento de muitas famílias de São Luiz ao longo dos anos. O junco até hoje é usado para confeccionar esteiras e suador, que são vendidos no Pará e em outros estados. Grandes quantidades eram exportadas para a capital, cidades vizinhas e estados das regiões Norte e Nordeste, com destaque para o Ceará.

A história da relação entre as duas vilas é repleta de relatos de preconceito racial com os moradores negros do Livramento e também de histórias de amor que venceram o preconceito, visto que moradores de São Luiz se casaram com moradoras de Livramento, mesmo contra a vontade dos pais e, até hoje, vivem em Livramento. Sobre a história do território de São Luiz, Melo Júnior et al. (2013) destacam a relação do processo migratório e a forma como se deu a apropriação do território e dos recursos naturais de São Luiz, que, atualmente, é marcado por um processo acentuado de concentração das terras nas mãos de três agentes privados, sendo eles denominados pelos moradores como o japonês, o mineiro e o italiano. Vale dizer que a concentração das terras do entorno da comunidade nas mãos de grandes latifundiários também é uma característica do Livramento na atualidade, o que tem fortes repercussões no âmbito dos sistemas sociais e de uso da terra pelos comunitários, conforme será discutido mais adiante.

4.2 A COMUNIDADE DO LIVRAMENTO E AS MARCAS DA COLONIZAÇÃO AGRÍCOLA

A ponte sobre o rio Livramento, a caixa-d'água que abastecia o trem e as ruínas da antiga estação ferroviária são marcas arquitetônicas históricas da colonização agrícola, que ainda podem ser vistas hoje no Livramento (Figuras 4 e 5).

Figura 4- Ponte sobre o rio Livramento e caixa d'água, símbolos do período da colonização agrícola.



Fonte: Acervo da autora (2017).

As marcas da colonização agrícola estão presentes também na memória dos moradores antigos da comunidade. Eles contam que os primeiros moradores, os quilombolas, trabalharam na construção da estrada de ferro. Tal construção se iniciou em 1883, cinco anos antes da abolição da escravidão do Brasil. A construção da ferrovia levou 25 anos para a sua conclusão. Somente em 1897 chegaram os trilhos a Jambu-Açu; em 1903 a Livramento; em 1907 a Capanema, e em 1908 a Bragança (PENTEADO, 1967).

Figura5- Ruínas da estação antiga estrada de Ferro em Livramento



Fonte: Acervo da autora (2017).

No passado os moradores foram vendendo as terras para os fazendeiros. Hoje, a comunidade se encontra cercada por grandes fazendas dedicadas à produção agropecuária (Figura 6), deixando o território comunitário bem restrito. Inclusive espaços simbólicos e históricos da comunidade já não fazem mais parte do seu território, como a primeira vila quilombola e o antigo cemitério dos quilombolas que fica a 1 km de onde era a primeira vila quilombola, lá estão enterrados muitos dos seus antepassados. Estes espaços estão situados, hoje, em terras que pertencem a três fazendeiros, denominados pelos moradores de japonês, italiano e mineiro, que compraram terras de moradores da comunidade.

Figura 6- Áreas de pasto com gado, vista dos quintais dos moradores de Livramento



Fonte: Acervo da autora (2017).

Merece nota ainda a importância do rio Castanhalzinho (Figura 7), que no passado se configurava como um local de comércio fluvial, que ocorria às margens do rio. Nesse local, os moradores da comunidade trocavam ou compravam produtos que por lá passavam. Atualmente, o rio está localizado em terras particulares, pertencentes a um fazendeiro, mas, ainda assim, é possível ver as canoas dos pescadores da comunidade, às margens do rio, pois mesmo com a venda das terras os moradores continuam usando o antigo caminho, no interior da mata, adentrando as terras do fazendeiro, até chegar ao rio.

Figura7- Rio Castanhalzinho antigo ponto de comércio fluvial dos moradores



Fonte: Acervo da autora (2017).

Outro local, antes muito utilizado pelos quilombolas, é o rio chamado Banheiro, que recebeu este nome porque os moradores tomavam banho, lavavam roupas e bebiam água (Figura 8). Com o passar do tempo, após a compra das terras pelos fazendeiros, este rio, que faz parte da história da comunidade e está na lembrança dos moradores, acabou secando. Atualmente, há um movimento organizado pelos moradores de recuperação do rio do Banheiro, que aos poucos está sendo desassoreado e vem se recuperando.

Figura 8: Rio Banheiro



Fonte: Acervo da autora (2017).

Os moradores mais antigos moravam mais afastados da rodovia PA-242 (Figura 9). As suas casas ficavam dentro da mata, que hoje é área de capoeira e roças de alguns moradores. Após a chegada da energia elétrica e a construção da PA-242, os moradores passaram a construir as suas casas às margens da rodovia, de tal forma que, hoje, a edificações da comunidade estão concentradas ao redor da rodovia que corta a comunidade. O fato de a comunidade ser cortada pela PA-242 é considerado bom pelos

moradores devido a facilidade de acesso ao transporte, muito embora alguns considerem perigoso, temendo a violência e acidentes.

Figura9- Rodovia PA-242, que corta a comunidade do Livramento.



Fonte: Acervo da autora (2017).

4.3 A RELAÇÃO COMUNIDADE COM OS RECURSOS NATURAIS

A relação da comunidade com o rio e os campos de junco veio com os primeiros moradores. Alguns moradores, ao falarem da sua relação com a natureza, citam a influência da lua e do tempo para a realização das suas práticas agrícolas. Há relatos de transmissão de práticas usadas atualmente, que foram herdadas dos mais antigos, pais e avós, a exemplo das técnicas de pesca, da agricultura e da extração do junco. Sobre os conhecimentos aprendidos com os mais antigos, uma entrevistada afirmou:

Eu aprendi foi trabalhar com agricultura, plantar, colher! Primeiramente, prepara a terra roçando o mato para queimar, quando chega em janeiro planta a primeira plantação, que é o milho, aí planta a roça, e depois da roça que vem o feijão. Tudo isso eu aprendi graças a Deus, porque aqui a gente ainda faz queimada! Roça todinho aquele pedaço, faz os aceiros, para não passa para o lado, nem outro do mato, faz a coivara, aí toca o fogo para ficar limpinho para plantar. E hoje eu não me perco

na roça não, porque eu sei plantar, colher. Aprendi também com a minha vó, com uns 09 a 10 anos, a trabalhar com o junco, eu fazia 10 suado todo dia, para trocar com as coisas farinha, querosene comprava as coisas que era preciso (Trecho de entrevista realizada com a Sra. T. S. C., no dia 08/07/2017, na comunidade do Livramento).

Os moradores relatam que as famílias que nasceram na comunidade tiravam o seu sustento dos campos de junco e do rio. O rio faz parte da história dos moradores. Tanto é assim que alguns moradores dizem que o rio é um pai, de lá sempre veio o peixe a água para beber. Nas palavras dos entrevistados: “Para mim o rio é o segundo pai, no rio eu não me perco não, quando eu preciso, vou lá e coloco minha malhadeira, quando é época vou lá e pego peixe” (Trecho da entrevista da Sra. T. S. C. no dia 08/07/2017 na comunidade do Livramento).

No passado, havia muitas dificuldades na comunidade e todos pescavam no rio, que era fonte fecunda de peixe. O relato de um morador da comunidade aponta que no passado alguns moradores tinham as camas feitas de junco e madeira extraída da mata. Conforme relatou um entrevistado, “No passado não era muito bom, só era bom o rio e o peixe” (Trecho da entrevista realizada com Sr. R. G. no dia 15/07/2017 na comunidade do Livramento). Vale ressaltar que o morador mais antigo da comunidade é pescador, e com 87 anos ainda exerce a atividade. Ele é descendente direto dos primeiros moradores e diz que sai para pescar todos os dias (Figura 10). Quando indagado sobre a pesca no rio Livramento, ele afirmou que “Antes conseguia pegar mais peixe; hoje tem muita gente de fora pescando de óculos mergulhando. Antigamente, só no caniço pescava muito peixe” (Trecho da entrevista realizada com Sr. J. G. S. no dia 14.07.2017 na comunidade do Livramento).

Há uma preocupação dos moradores com os campos de junco, importante fonte de renda para a comunidade. Eles já foram muitas vezes queimados, sendo que tal queima é feita por pessoas de fora da comunidade, que provocam incêndio criminoso, principalmente no verão, o incêndio chega até às margens do rio Livramento.

A relação dos moradores com os poucos recursos naturais que ainda restam na comunidade é notável, com destaque para o rio que dá nome à localidade, fonte de alimento, de lazer e, até pouco tempo atrás, quando não existia o sistema de abastecimento de água, fonte de consumo doméstico. As poucas áreas de capoeira também merecem destaque pela sua importância para a extração de frutos, como o açáí,

de madeira para a confecção dos equipamentos de pesca, e para a utilização da lenha para cozinhar. Vale salientar que a busca de lenha nas áreas de mata é uma atividade feita pelas mulheres, que escolhem um dia e se juntam para sair em busca de árvores de pequeno porte e galhos caídos no chão.

Figura 10- Morador mais antigo e da comunidade e pescador senhor João Gullar da Silva



Fonte: Acervo da autora (2017).

Quanto ao futuro da comunidade e o papel da nova geração na sua relação com os recursos naturais locais, uma entrevistada afirmou:

Eu imagino o futuro dessa nova geração que a gente sabe que vem vindo, é não encontra mais o que a gente tem, pelo menos muitas coisas que eu vi como esse rio nosso aí, com uma fartura demais de peixe. É como eu disse numa entrevista que fiz em 2009, uma vez lá no rio, a palavra que eu disse, que está escasso o rio, não está mais peixeiro como ele era, então outra geração que vem vindo, se continuarem queimando esse campo aí, as geração que vem não vão saber mais o que é junco, e aí se não

for uma coisa que a gente vai conservando vai acabando o rio, o igarapé (Trecho da entrevistada realizada com Sra. T. S. C. no dia 08/07/2012 na comunidade do Livramento).

O fato de a comunidade estar rodeada por fazendas traz preocupação aos moradores em relação ao futuro da comunidade, pois os mesmos já sentem as dificuldades causadas por esta realidade, como a falta de terra para plantio agrícola. Ao ser indagado sobre o fato de a comunidade estar rodeada por fazendas, obtiveram-se alguns relatos:

É ruim porque não tem terra para trabalhar, e não vai ter terra para construir casa no futuro. As fazendas não geram trabalho para a comunidade (Trecho da entrevista realizada com a Sra. R. C. S. no dia 08/07/2017 na comunidade do Livramento).

É ruim porque se não tivessem as fazendas a gente podia fazer plantações, mas estamos aqui nessa ilha igual prear. Se não fossem as fazendas poderíamos plantar milho, melancia. Eu tinha vontade de fazer alguma coisa, mas onde? (Trecho da entrevista realizada com o Sr. J. G. S. no dia 14/04/2017 na comunidade do Livramento).

O pessoal que morava lá pra traz venderam tudo e foram embora. Todas as terras, fazendas eram da comunidade, agora não tem terra para trabalhar, não tem para onde correr, porque um lado é o rio, o outro igapó, e outro fazenda (Trecho da entrevista com a Sra. M. M. S. no dia 14/07/2017 na comunidade do Livramento).

Em 2010, houve o reconhecimento oficial das terras quilombolas. Os moradores consideram que após esse reconhecimento a comunidade passou a ser olhada pelos políticos, ganhando alguns benefícios, como a coleta de lixo, as visitas de profissionais da saúde, apesar de que, segundo os moradores, a falta de um posto de saúde ainda é um dos maiores problemas da comunidade.

No passado, as casa eram todas de barro e palha. Com o passar do tempo, os moradores foram se aposentando, o que representa uma garantia de renda fixa mensal, e foram surgindo as primeiras casas de alvenaria. Após o reconhecimento de terras quilombolas, a comunidade recebeu investimentos do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, do Governo Federal, fazendo com que muitas casas da comunidade fossem construídas no modelo padrão das casas desse projeto, percebesse agora quase todas as casas alvenaria, sendo contadas as casas de barro (Figura 11).

Figura 11- Casas da comunidade



Fonte: Acervo da autora (2017).

4.4 O USO COMUNITÁRIO DA TERRA

Perguntado sobre o uso dos recursos naturais e o uso da terra, um entrevistado realçou: “A terra é a coisa mais importante, é a coisa melhor do mundo! Eu não tenho nada e tenho tudo, tudo que eu tenho foi tirado do Livramento” (Trecho da entrevista realizada com o Sr. A. L. C. no dia 15/ 07/ 2017 na comunidade do Livramento)

O uso da terra ainda se configura uma fonte de segurança alimentar na comunidade do Livramento. Para 41% dos moradores entrevistados, a agricultura é a principal atividade que gera o sustento familiar, sendo os cultivos de feijão e mandioca os mais citados.

As práticas agrícolas e de uso dos recursos naturais no Livramento tem resquícios das práticas usadas desde o início da colonização da região Bragantina, marcadas pelo intenso desmatamento das áreas densas de florestas para a formação das colônias agrícolas (EGLER, 1961). Vale ressaltar que a derrubada das florestas densas

para os cultivos agrícolas é uma prática que obtém sucesso somente no primeiro e no segundo anos de plantio, devido à exploração excessiva dos solos pouco férteis.

Atualmente, os padrões de uso da terra no Livramento são voltados para a agricultura familiar, com pequenas áreas plantadas, baseadas no tradicional sistema de derruba e queima para o plantio das culturas agrícolas feijão, milho e mandioca, esta última voltada para a produção de farinha (Figura 12). Com esse sistema de plantio, percebemos uma fragilidade desses solos que naturalmente não possuem muita fertilidade devido ao clima tropical da região amazônica e do Nordeste Paraense, a chuva causa a lixiviação dos solos, retirando as camadas férteis, fato detectado desde o início da colonização da região (EGLER, 1961; PENTEADO, 1967)

Há relatos dos moradores do Livramento de um problema nos solos, uma podridão na raiz que vem prejudicando o cultivo da mandioca (*Manihote sculenta*), causando, muitas vezes, a perda da produção inteira. Esta é uma doença comum da espécie, e existem alguns possíveis agentes causadores da doença. Fialho e Vieira (2011) destacam alguns dos principais fungos causadores das podridões secas e moles, dentre eles a *Armillariella mellea* (Vahl.) Patt. [(*Armillaria mellea* (Vahl.) Fr.)], *Sclerotium rolfsii* Sacc. E *Rosellinia necatrix* Prill. *Fusarium moniliforme* J. Sheld., *F. oxysporum* Schlechtend:Fr., *F. solani* (Mart.) Sacc., *Phytophthora drechsleri* Tucker, *P. nicotianae* pv. *nicotianae* G.M. Waterhouse e *Pythium* spp.

Essa doença fica por muitos anos nos solos, uma solução é a compra de cultivares resistentes à doença, mas há uma falta de informação sobre o fato na comunidade. Ocorre também que os agricultores utilizam caules de plantas contaminadas em uma área sem a doença fazendo com que a podridão da raiz continue no local. Teria a possibilidade da mudança de área de cultivo para áreas, mais longe do local que não existe histórico da doença, com a utilização de cultivares novas, para obter êxito no cultivo, porém esse não é uma opção para o agricultor da comunidade, pela evidente falta de áreas para o cultivo. Silva, I. (2013) aponta a concepção dos processos produtivos a partir da teoria dos sistemas, afirmando que fica mais fácil entender as relações interespecíficas que ocorrem ao longo do tempo, aos possíveis impactos causados pelas técnicas de manejo utilizadas em determinados locais ou no sistema como um todo.

Figura 12- Plantação de e mandioca e feijão no meio da capoeira desmatada.



Fonte: Acervo da autora (2017).

Além das culturas agrícolas desenvolvidas pelos remanescentes quilombolas, há uma prática tradicional, a extração do junco (*juncus effusus*). Essa atividade era fonte de renda dos moradores mais antigos, que extraíam o junco e confeccionavam utensílios chamados esteiras e suador usados em cavalos. Esta atividade, contam os moradores, foi responsável, por muito tempo, juntamente com a pesca, pelo sustento das famílias da comunidade. Os moradores vendiam ou trocavam o utensílio por alimentos que precisavam (Figura 13).

Os campos de junco, ainda hoje são vastos no Livramento. No passado, praticamente todos os moradores faziam a extração. Hoje, alguns moradores ainda trabalham na extração e vendem a produção para a empresa Sococo, para um comerciante japonês de Igarapé-Açu ou outras cidades da região. A unidade de suador é vendida a 3 reais (Figura 14).

Alguns moradores relatam que perceberam o desaparecimento de algumas espécies de plantas das matas nativas como o piquiá (*Caryocar villosum*). Também já

não se vê mais muitas árvores de espécies frutíferas. As mais comuns são as mangueiras (*Mangifera indica* L.), as jaqueiras (*Artocarpus heterophyllus*) e os ingazeiros (*Inga sessilis*), todas elas ficando mais escassas em função do desmatamento.

Figura13- Junco seco pronto para venda



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 14- Campos de junco



Fonte: Acervo da autora (2017).

Os moradores da comunidade acreditam que a água do rio não está poluído, pois ainda possui uma boa qualidade. Tanto é assim que quando falta água na caixa d'água comunitária, a água do rio é utilizada para o consumo doméstico. A pesca ainda é uma atividade tradicional, atividade que supre a alimentação de muitas famílias. É comum os moradores possuírem uma canoa e os que não possuem, tomam emprestado de parentes para assim desenvolverem a prática da pesca (Figura 15).

Os pescadores da comunidade utilizam equipamentos artesanais como caniços (varas que sevem para pescar) e outros materiais confeccionados com matérias da mata. Redes também são utilizadas, mas há respeito pelos ciclos da natureza, pela época da reprodução dos peixes, retirando do rio somente o necessário para o sustento familiar e complemento da renda, quando se pesca uma quantidade suficiente para a venda (Figura 16).

Figura 15 - Canoas utilizadas a para pesca no rio Livramento



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 16- Equipamentos artesanais utilizados na pesca



Fonte: Acervo da autora (2017).

Os pescadores relatam que a pesca já não é tão abundante quanto antes. Atualmente, os moradores sofrem com a escassez dos peixes e até a ameaça de extinção de algumas espécies. Coletaram-se relatos de pescadores que afirmam ter espécies de peixe que já não se vê mais no rio. Outras estão desaparecendo devido à pesca predatória feita por pessoas de outras localidades, prejudicando os moradores que sobrevivem da atividade e que usam apenas equipamentos artesanais, enquanto que os pescadores de fora utilizam equipamentos mais modernos, que permitem uma pesca mais abundante e em qualquer época do ano sem respeitar as épocas de reprodução dos peixes.

4.5 A MISCIGENAÇÃO E A PERDA DA IDENTIDADE QUILOMBOLA

A miscigenação é uma característica sociocultural da comunidade do Livramento. O início dessa miscigenação data do período da construção da estrada de ferro e da colonização da região Bragantina, migrantes vieram para a região, incluindo nordestinos e estrangeiros, como espanhóis, italianos e franceses. Hoje, tal processo migratório se fortalece pelo fato de os moradores geralmente se casarem com pessoas de fora da comunidade, o que tem levado a um processo de perda da identidade quilombola.

Apesar de ser uma comunidade quilombola reconhecida, muitos moradores não se reconhecem como quilombolas porque, na verdade, não o são. Poucas famílias são descendentes dos primeiros moradores quilombolas. Mesmo os moradores que nasceram na comunidade, alguns até com mais de 50 anos, afirmam não saber muito ou nada da história da comunidade. Os mais jovens também não conhecem o seu passado e nem se consideram quilombola. Trata-se de uma identidade quilombola negada pelos próprios moradores, certamente também por causa do preconceito histórico sofrido pelo negro na sociedade.

4.6 HISTÓRIA DOS SISTEMAS SOCIAIS DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

4.6.1 Subsistema Religioso

O subsistema religioso do Livramento é representado por duas igrejas, uma católica e uma evangélica.

A Igreja Católica é a mais antiga da comunidade. A sua história se confunde com o histórico de fundação da comunidade, que começou com os antigos negros quilombolas que construíram o templo dedicado à Nossa Senhora do Livramento, no

local onde as primeiras famílias quilombolas fundaram a comunidade. Merece nota o fato de que o local da antiga igreja, hoje, está situado nas terras de um fazendeiro. Contam os moradores mais antigos que haviam três mulheres irmãs e quilombolas, chamadas Henriqueta, Gratulina e Fabriciana, que eram responsáveis pela comunidade e pelos cuidados do templo. As mulheres tinham uma história de devoção para com a santa. Com o passar do tempo e com a imigração resultante do processo de colonização agrícola e da construção da estrada de ferro, novas famílias se fixaram no Livramento e construíram uma nova igreja. Assim, a antiga igreja foi abandonada pelos moradores mais antigos, que foram se afastando do local da primeira vila quilombola e se fixando às margens da rodovia (Figura 17).

Contam os moradores mais antigos que as senhoras responsáveis pela antiga igreja se mudaram de Livramento para Timboteua e levaram a primeira imagem com elas. Uma família de espanhóis foi responsável pela construção da nova igreja, situada às margens da rodovia. Segundo a líder da associação de moradores e uma das responsáveis pela Igreja Católica, descendente direta dos quilombolas, pode-se dizer que cerca de 90% dos moradores são católicos e devotos de Nossa Senhora do Livramento. As missas na igreja ocorrem com periodicidade trimestral, sendo a comunidade pertencente à paróquia da sede municipal de Igarapé-Açu. Além das celebrações das missas, são realizadas novenas, organizadas pelos próprios moradores, terços nas casas das famílias, celebração da palavra, casamentos e batizados.

A festividade da padroeira era realizada todo dia 20 de Dezembro, data escolhida pelos primeiros moradores para homenagear a Santa. Porém, há quatro anos a data da festividade religiosa foi alterada para o dia 18 de Setembro, depois que o padre de Igarapé-Açu informou que esse é o dia dedicado à Nossa Senhora de Livramento, segundo a tradição católica. Assim, os moradores se reuniram e decidiram mudar o dia da festividade.

A história de devoção à Nossa Senhora de Livramento representa uma parte importante da memória comunitária quilombola, pois representa a fé que eles trouxeram e foi mantida ao longo do tempo.

Já o templo da Igreja Evangélica ainda está em fase de construção (Figura 18). A instituição religiosa local tem como responsável a Senhora Maria de Fatima da Silva, também descendente direta dos quilombolas, que relatou que ainda são poucos os adeptos da igreja na comunidade e que são realizados cultos na comunidade pelo pastor da comunidade vizinha, São Luiz do Caripi.

Figura 17- Igreja Católica de Nossa Senhora de Livramento



Fonte: Acervo da autora (2017).

Figura 18 –Igreja evangélica em construção



Fonte: Acervo da autora (2017).

4.6.2 Subsistema Educacional

A primeira escola da comunidade era localizada nas proximidades das ruínas da antiga estação ferroviária. Atualmente, a comunidade possui uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, Lauro Alves Ramos fundada em 1974. Assim como a igreja, também a escola passou a se localizar às margens da rodovia. A Escola foi Fundada na administração municipal de Gidalte Alves de Almeida e no mandato do governador José Fernando de Leão Guilhon (Figura 19). Após a conclusão do ensino fundamental, os moradores do Livramento precisam se deslocar para a vizinha São Luiz ou para a sede municipal de Igarapé –Açu para cursar o ensino médio.

Figura19- Escola da comunidade do Livramento.



Fonte: Acervo da autora (2017).

A escola do Livramento é importante para a formação das crianças da comunidade, para o reconhecimento dos moradores jovens e crianças quanto a sua identidade de remanescentes quilombolas e também para a conscientização dos mesmos quanto à importância da sua comunidade e dos recursos naturais existentes nela. De acordo com Santana (2016, p.123) sobre a busca da conscientização dos problemas ambientais afirma: “o indivíduo consciente de seus problemas sociais deve busca por meio da educação, o conhecimento que permita mudar o quadro atual de degradação do meio ambiente”. Portanto sendo necessário que as questões sociais e ambientais estejam

presentes nas escolas não como um mero ilustrativo e sim como algo fundamental na educação do indivíduo (ARAÚJO, 2016).

Segundo uma entrevistada, moradora e professora da escola, o tema da valorização da identidade quilombola comunitária é tratada em datas comemorativas como o dia da consciência negra. Entretanto, há pouco interesse por parte dos jovens pela questão. Já a temática da conscientização ambiental é trabalhada a partir de exemplos como o da conservação rio, um importante recurso da comunidade, inclusive do vínculo dos seus moradores com o território.

A não permanência dos filhos na comunidade pelo fato de não ter escolas e trabalho também é algo que preocupa os moradores da comunidade, pois eles não veem perspectivas de vida na comunidade para as gerações futuras. Relataram-se casos de moradores que tiveram que sair da comunidade em busca de emprego. Os entrevistados temem que ocorra o mesmo com os jovens que ainda vivem na comunidade.

4.6.3 Subsistema de Saúde

O subsistema comunitário de saúde é representado pela visita de um agente de saúde de São Luiz nos domicílios da comunidade uma vez ao mês. A comunidade não possui um posto de saúde. Quando um morador fica doente, é preciso se deslocar até São Luiz ou Igarapé-Açu para acessar os serviços de atendimento à saúde. Os moradores da comunidade reclamam a necessidade de haver um posto de saúde na comunidade para o cuidado das doenças mais comuns, que poderiam ser tratadas na própria comunidade.

As doenças mais frequentes na comunidade, segundo os moradores entrevistados, são: gripe, tuberculose, diarreia, viroses, ocasionadas, na visão dos próprios moradores, por motivos como o clima, a falta de saneamento e a falta de cuidados médicos.

Os moradores relataram que no passado houve um surto de malária e que adultos e crianças ficaram doentes, causando até mortes. A comunidade contou com a intervenção de agentes de saúde de um órgão de saúde pública de Capanema. Com o passar do tempo, a malária foi erradicada da comunidade. Apontou-se como prováveis motivos da epidemia de malária na comunidade o desmatamento no entorno da comunidade.

4.6.4 Subsistemas Político e de Lazer

Quanto ao subsistema político, a comunidade tem uma associação de moradores, a ARQNSL (Associação de Remanescentes Quilombolas Nossa Senhora do Livramento) (Figura 20), que tem como presidente a Senhora Tereza Soares da Costa. Nesta associação são discutidas questões do cotidiano da comunidade, como o uso da água, pois a comunidade tem uma caixa d'água de uso comunitário e os moradores pagam uma taxa para a manutenção da bomba e da energia. Por representar uma comunidade quilombola, a associação tem o papel de discutir aspectos como a entrada ou a saída de um morador da mesma, sendo permitida a entrada de um morador novo na comunidade, apenas se houver casamento com um morador da comunidade considerado remanescente de quilombola.

Também são discutidas na associação a autorização para a realização de festas na comunidade, um aspecto importante relacionado ao lazer dos moradores. Uma das mais tradicionais é a festa alusiva ao Dia Nacional da Consciência Negra (20 de Novembro) e festividades da Igreja Católica. A associação discute ainda a possibilidade de desenvolvimento de projetos que podem beneficiar a comunidade, entre outros temas de interesse social comunitário. Alguns entrevistados manifestaram insatisfação com a atuação da associação, apontando questões como a desunião entres os moradores da comunidade, o que a enfraquece e impossibilita os moradores de conseguire maiores ganhos sociais para a mesma.

Figura 20: Associação dos moradores ARQNSL Associação de Remanescentes Quilombolas Nossa Senhora do Livramento



Fonte: Acervo da autora (2017).

O subsistema de lazer é representado pelo futebol organizado pelos moradores, no qual todos participam, homens, mulheres e crianças. Esta é uma das maiores atividades de lazer da comunidade. Os moradores relataram que essa atividade de lazer sempre existiu na comunidade. Nos finais de tarde ou nos finais de semana, os comunitários vão para o campo jogar ou olhar o futebol (Figura 21).

Figura 21- Campo de futebol da comunidade em dia jogo de futebol das mulheres.



Fonte: Acervo da autora (2017).

Outra atividade de lazer bem marcante no cotidiano dos moradores é o banho no rio Livramento, nos finais de tarde ou nos finais de semana, atividade que inclui adultos, jovens e crianças (Figura 22).

Na comunidade, atualmente, estão acontecendo algumas festas de aparelhagem, que se configura lazer para alguns da comunidade. As festas ocorrem na sede da associação quando os comunitários concordam com acontecimento. Alguns moradores, principalmente os mais idosos e os que moram mais próximo da sede da associação,

local de realização das festas, reclamam do incômodo barulho do som alto durante a noite.

Figura 22- Jovens no dia de lazer na ponte do rio Livramento



Fonte: Acervo da autora (2017).

4.6.5 Sistema de Crenças e Valores

A tradição mais antiga da comunidade é a festividade de cunho religioso, dedicada a Nossa Senhora do Livramento, que acontece em Setembro, quando os moradores responsáveis pela igreja se juntam para organizar a festividade para em homenagem a Nossa Senhora. Outra tradição é a festa organizada todos os anos no Dia Nacional da Consciência Negra, que relembra a tradição quilombola comunitária. Uma tradição cultural dos moradores mais antigos é o carimbo, no qual os tambores usados eram feitos artesanalmente (Figura 23). Um dos moradores entrevistados, que vive na comunidade há 40 anos, contou que veio para o Livramento trabalhar nos campos de junco e na pesca, destacando que ele mesmo fazia os instrumentos e compunha as músicas de carimbó.

Atualmente, o carimbó é uma das poucas tradições ainda existentes na comunidade, porém as novas gerações de Livramento já não querem mais aprender a

dança, uma herança cultural da comunidade. Assim, os instrumentos artesanais e a dança vão ficando apenas na memória dos antigos moradores.

Figura 23- Antigos tambores de carimbo confeccionados por um morador da comunidade



Fonte: Acervo da autora (2017).

4.6.6 Subsistema sistema econômico

Contam alguns moradores da comunidade que, no passado, a produção de junco e também a pesca eram a única forma de renda e de sustendo das famílias. Os pescadores vendiam ou trocavam o peixe em São Luiz ou em Igarapé-Açu por outros alimentos. Atualmente, quando os pescadores conseguem pegar uma boa quantidade de peixe vendem para o marreteiro ou o peixe é vendido em São Luiz e Igarapé-Açu.

A relação da comunidade com o comércio não mudou muito ao longo do tempo. Os moradores continuam comprando alimento, roupas e outros gêneros em São Luiz e Igarapé Açu, muito embora se observe um aumento no quantitativo de pequenos comércios na comunidade nos últimos cinco anos (Figura 24), nos quais é possível encontrar alguns produtos a venda, como alimentos e bebidas, estes que, no passado, só podiam ser comprados em Igarapé-Açu ou comunidades vizinhas.

Figura24- Pequenos comércios e bares as margens da PA-242 em Livramento



Fonte: Acervo da autora (2017).

Os pequenos bares atraem um público novo para a comunidade e um novo dinamismo social, graças à entrada de outras pessoas de fora da comunidade frequentando os bares, o que pode gerar conflitos e problemas sociais como o aumento do consumo de bebidas alcólicas e prostituição.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história ambiental da comunidade é marcada por uma série de processos culturais e sociais que trouxeram grandes modificações no ambiente natural. Essa história começa com os primeiros moradores que encontraram matas densas, pouco exploradas pelo homem, que permitiu a vida e o desenvolvimento da cultura, de acordo com o que a natureza lhes oferecia, sem fazer grandes transformações nesse ambiente.

Porém, percebe-se pela história que, com o início da colonização agrícola e da construção da estrada de ferro, transformações e impactos ambientais sobre as terras do Livramento. Isso porque a ideia da colonização da região era baseada na produção agrícola e com ela veio o desmatamento das áreas de florestas. Hoje, os impactos ambientais visualizados na comunidade guardam relação com o passado, a partir de um processo de expulsão da agricultura familiar e atração de grandes latifundiários. Como consequência, assoreamento, desmatamento, escassez de pesca e caça, problemas relacionados aos solos, como doenças, aspectos que geram muitas dificuldades para a prática de atividades produtivas tradicionais, como a agricultura e a pesca.

Os moradores do Livramento trazem consigo saberes adquiridos com os primeiros moradores seus antepassados colonizadores da comunidade. A forma da pesca e as técnicas artesanais, o tempo de pesca de cada espécie, os conhecimentos sobre o rio todos eles repassados entre as gerações. O mesmo ocorre com as práticas da agricultura, do extrativismo e coleta de produtos da mata, além da extração do junco e sua manipulação para a confecção da esteira e do suador.

A análise das organizações sociais da comunidade e suas relações com os recursos naturais permite afirmar que a comunidade do Livramento tem um sistema político, caracterizado pela associação dos moradores, que carece de maior apoio dos comunitários para o fortalecimento do sistema social local. A desunião dos moradores é um problema para a integração comunitária e para o pleno exercício das formas democráticas de se pensar os problemas coletivos e suas possíveis soluções.

O ponto de partida nesse sentido poderia ser um processo de conscientização da comunidade quanto aos direitos e deveres, a partir do diálogo da associação com os demais atores sociais comunitários para a busca de soluções para os problemas sociais e ambientais da comunidade. Trata-se de incentivar a busca da valorização da cultura, do sentimento de pertencimento ao lugar e do empoderamento dos sujeitos para a autogestão comunitária.

O outro sistema importante para a construção desta nova postura da comunidade é o sistema educacional. Ele pode ser considerado a segunda grande força da transformação social local, que poderia trazer mudanças para a comunidade por meio da valorização da cultura local e dos debates e dinâmicas na escola, envolvendo professores, estudantes e temas relacionados ao uso dos recursos naturais.

Ao analisar o sistema religioso, destaca-se que em muitas sociedades, assim como no Livramento, esse sistema ainda tem um grande poder influenciador. A igreja, com a sua ação, busca lembrar que o homem tem o dever de cuidar da natureza e também proteger-se da destruição de si mesmo (FRANCISCO, 2005). A Igreja Católica da comunidade ainda tem como adeptos e devotos a maioria dos moradores, trazendo em si a força para essa transformação, conscientizando os moradores quanto à valorização de sua comunidade e da importância dos seus recursos naturais.

A emergência de um sistema econômico capaz de trazer benefícios para a coletividade e não apenas a geração de lucros privados e prejuízos partilhados com a sociedade ainda é um desafio no Livramento, considerando a forte dependência da comunidade em relação às comunidades vizinhas e à sede municipal para a aquisição de bens diversos de consumo.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R.; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320 p.

ARAÚJO, L. G. N. **Abordagem sistêmica do uso de recursos naturais pela comunidade quilombola Nossa Senhora do Livramento, Igarapé-Açu-PA**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal Rural da Amazônia, 2017. 53 p.

ARAÚJO, M.I.O. Dez anos de GEPEASE e sala verde na UFS. . In: ARAÚJO, M.I.O.; NEPOMUCENO, A.L.O.; MODESTO, M.A. (Org.) **Sala verde e GEPEASE em uma década de atuação: da quimera ao constructo da formação ambiental**. 1.ed. Curitiba, Appris, 2016, p. 19-37.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 376p.

BARCA, S. Prefácio. In: FRANCO, J. L. A.; SILVA, S. D.; DRUMMOND, J. A.; TAVARES, G. G. (Orgs.) **História ambiental, fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamod, 2012. p.7-9.

BERTALANFFY, L. **Teoria Geral dos Sistemas: fundamentos, desenvolvimento e aplicação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008. 360p.

BOFF, L. **A opção terra: A solução para terra não cai do céu**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006. 256p.

CASTRO, E. Território biodiversidade e saberes de populações tradicionais. In: DIEGUES, A. C. (Org.) **Etnoconservação novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 166-172.

CUNHA, A.P.M. Engenhos e Engenhocas: **Atividade Açucareira no estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2009. 110p.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação natureza: da enfoques alternativos. In: DIEGUES, A. C. (Org.) **Etnoconservação novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 166-172.

ÉGLER, E. G. A zona Bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**. v.23, n.3, p.527-555, jul./set. 1961.

FIALHO, J. F.; VIEIRA, E. A. **Mandioca do cerrado orientações técnicas**. Embrapa Cerrados Planaltina/DF, 2011. 208p.

FOLADORI, G.; TAKS, J. **Um olhar antropológico sobre a questão ambiental**. *Mana*, v. 10, n. 2. 2004.

FRANCISCO, S. P. **Carta Encíclica Laudato Si'**. Sobre o cuidado da casa comum. Libreria Editrice Vaticano, Roma, 2015. p. 88.

FREITAS, A. M. **Memórias de Igarapé-Açu**. Igarapé-Açu- Pará, 1986. 45p.

GOOGLE EARTH. Imagem de satélite de Livramento. Disponível em:<<https://earth.google.com/web/@1.16352545,47.47162136,26.69945841a,934.05781046d,35y,0h,0t,0r.>>. Acesso em: 16 maio 2018.

IBGE. **História Igarapé-Açu-PA**. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-acu/historico> >. Acesso em: 03 maio de 2017.

IBGE. **Panorama da população**. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/igarape-acu/panorama> > .Acesso em: 03 MAIO 2017.

KOK, G. P. A. **Escravidão no Brasil colonial**. São Paulo: Saraiva, 1997. 47 p.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura: A Territorialização da Racionalidade Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 440.

LEFF, E. Pensar a complexidade ambiental. In. LEFF, E. (Org.). **A complexidade ambiental**. SÃO PAULO: Cortez, 2003 342 p.

LENDRO, L. L. M.; SILVA, F. C. **A estrada de ferro de Bragança e a colonização da zona bragantina no estado do Pará**. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 2, dez. 2012. p.143-174.

MAIA, C. M.; FILIPPI, E. E.; RIEDL, M. O. conceito de território nas pesquisas sobre desenvolvimento rural e regional. In: GUERRA, A.D.; WAQUIL, P.D. (Orgs.). **Desenvolvimento rural sustentável no norte e sul do Brasil**. Belém: Paka-Tatu. 2013. 320 p.

MARIN, R. A.; CASTRO, E. **No caminho das pedras de Abacatal: experiências sociais de grupos negros no Pará**. 2. ed. Belém: NAEA/UFPA, 2004. 273p.

MARQUES, J. A.; MALCHER, M. A. **Territórios Quilombolas**. Texto, Instituto de Terras do Pará; Organização. Belém: ITERPA, 2009.74p.

MARTINS, C.R. **Ruralidades, trabalho e meio ambiente: diálogos sobre sociabilidades rurais contemporâneas**. São Carlos: EDUFSCAR, 2014. 381p.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 119 p .

MEIRELES, M. M. **História do Maranhão**. São Paulo: Siliciano, 2001. 54p.

MELO JUNIOR, L. C. M.; VACA, L. E. A.; TOURINHO, M. M. **Sistemas Sociais e uso dos recursos naturais em uma comunidade agrária do nordeste paraense, Amazônia**

Oriental. In: ALMEIDA, O.T.; FIGURED, S.L.; TRINDADE JUNIOR, S. C. (Orgs.). **Desenvolvimento e sustentabilidade**. Belém: NAEA, 2012. 146-160 p.

MENEZES, J. M. F. Abolição no Brasil: a construção da liberdade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.36, p. 83-104, dez. 2009. ISSN: 1676-2584.

MISOCZKY, M. C. A. Da abordagem de sistemas abertos à complexidade: algumas reflexões sobre seus limites para compreender processos de interação social. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 1, n. 1. ago. 2003.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 128 p.

NUNES, F. A. **A semente da colonização: um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870-1889)**. 2008. 227p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2008.

OLIVEIRA, V. M. S. História e História Ambiental: As rupturas e avanços nas relações homem-natureza. In: ANPUH – SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 15., 2009, Fortaleza, **Anais...** Fortaleza. 2009. P. 1-10.

PADUA, J. A. Bases teóricas da história ambiental. In: FRANCO, J. L. A. et al. (Orgs.) **História ambiental, fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza**. Rio de Janeiro: Garamod, 2012. 392 p.

PENTEADO, A. R. **Os problemas de colonização e uso da terra na região bragantina do estado do Pará**. Universidade federal do Pará. 1967. 73p.

PIMENTEL, M. A. S. NASCIMENTO, J.S. Identificação e sistematização do conhecimento tradicional relacionado aos recursos naturais na Área de Remanescentes Quilombolas de Nossa Senhora do Livramento, Igarapé-Açú – Pará. **Relatório Técnico – Científico**. Programa institucional de bolsas de iniciação científica – PIBIC: CNPq. 2015.

ROCHA, A.E.S. **São Luiz: A vila Caripi**, São Luiz, 2007 .88p.

SANTANA, T.A. Memória da sala verde na UFS: Trabalho educação ambiental no interior Sergipano. In: ARAUJO, M.I.O.; NEPOMUCENO, A.L.O.; MODESTO, M.A. (Org.) **Sala verde e GEPEASE em uma década de atuação: da quimera ao constructo da formação ambiental**. 1.ed. Curitiba, Appris, 2016, p.123-137.

SILVA, I. C. **Sistemas Agroflorestais: conceitos e métodos**. ITABUANA: SBSAF, 2013.308p.

SILVA, R. A. Escravidão e resistência no Maranhão: anúncios e fugas escravas no século XIX. **Rev. Hist.** UEG - Anápolis, v.3, n.2, jul./dez. 2014. p.30-51.

SILVA, R. A. **Escravidão no maranhão: Maria Firmina dos Reis e as apresentações sobre a escravidão e mulheres no maranhão na segunda metade do século XIX**. 2013. 177p. programa de pós-graduação em história econômica doutorado em história

econômica. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. São Paulo, 2013.

SILVA, S. R . Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. **XII colóquio de geocrítica Bogotá**.2012

SILVA,G. S;SILVA,V.J. Quilombos brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. **Revista Mosaico**, v. 7, n. 2, jul./dez. 2014. p.191-200.

SIQUEIRA, J. L. F. Trilhos: o caminho dos sonhos. (Memoria da estrada e ferro de Bragança). **Revista ampliada**. Bragança, 2015.253p.

SOUZA, E. F. S; OLIVEIRA, F. A. A. As dinâmicas territoriais nas comunidades tradicionais reflexos da expansão do agronegócio, o caso de Igarapé- Açu. **Congresso iberoamericano de estudos territoriales y ambientales**, 4. São Paulo. 2014.

TOURINHO, M. M. Manejo comunitário: complexidade além dos recursos (a teoria geral dos sistemas (Bertalanffy, 1968) e a teoria dos sistemas sociais (Parsons,1951) como ferramenta para trabalhar o manejo comunitário dos recurso naturais). In: **Anais seminário águas e meio ambiente na amazônia**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 2017.

VALENTIM, R. P. F; TRINDADE, Z. A. Modernidade e Comunidades Tradicionais: memória, identidade e transmissão em território quilombola. **Psicologia Política**, v. 11, n. 22, 2011.295-308p.

WAGLEY, C. **Uma Comunidade Amazônica: estudos do homem nos trópicos**. 3 ed. São Paulo. Editora da universidade de São Paulo, 1988. 316p.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA
CURSO DE AGRONOMIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Nome do entrevistado: _____ Apelido: _____ Idade: ____ Data: __/__/2017

ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. O(a) senhor(a) nasceu aqui? Sim Não // Se não, onde nasceu? _____ Quando veio? _____ // Por que veio? _____
2. Nível de escolaridade: _____
3. Estado civil: _____ // Na sua casa quantas pessoas moram com o(a) senhor(a)?
 Menores (até 15 anos) Adolescentes (16-21 anos) Adultos (maior de 21 anos)
4. Filhos que vivem com o(a) senhor(a): Menores (até 15 anos): ____ Adolescentes (16-21 anos): ____
Adultos (maior de 21 anos): ____
5. Qual a composição da renda familiar?
 Lavoura Pecuária Assalariado Aposentadoria Comércio Pesca Bolsas
 Outros: _____
6. O que o(a) senhor(a) conhece sobre a história da comunidade?
7. Qual a importância da história dos antepassados quilombolas para a comunidade?
8. Quais as tradições do passado que a comunidade preserva ainda hoje?
9. O que a terra significa para o (a) senhor(a)? O que a senhora aprendeu com os antigos sobre o uso da terra?
10. Qual a importância do rio Livramento para o(a) senhor(a)?
11. Os jovens da comunidade buscam conhecer a história do lugar? Por que?
12. O que mudou em relação ao lazer na comunidade? Como era antes e como é hoje?
13. O que mudou em relação ao comércio na comunidade? Como era antes e como é hoje?
14. O que mudou em relação à alimentação na comunidade? Como era antes e como é hoje?
15. O que mudou em relação à agricultura na comunidade? Como era antes e como é hoje?
16. O que o (a) senhor (a) lembra sobre os recursos naturais que existiam no passado e que agora já não existem mais? Essa escassez afeta a vida na comunidade? Se sim, como?
17. O que mudou em relação às casas da comunidade?
18. Quais as organizações sociais existentes na comunidade?
 Sindicato _____ Associação comunitária _____
 Clubes _____ Igrejas _____
 Escolas _____ Outras _____

19. O(a) senhor(a) participa de alguma organização social comunitária? [] Sim [] Não // Se sim, qual(is)?
20. A sua família participa de alguma organização social comunitária? [] Sim [] Não // Se sim, qual(is)?
21. A comunidade se reúne para tratar de algum assunto coletivo? [] Sim [] Não // Se sim, periodicidade das reuniões? _____ Assuntos tratados?
22. Quais as principais doenças que afetam a comunidade?
23. Quando alguém fica doente na sua casa, onde se trata?
24. Atividades desenvolvidas ou promovidas pelas organizações sociais comunitárias:
25. Meios de comunicação: [] Rádio [] TV [] Internet [] Outros _____
26. O que o(a) senhor(a) pensa sobre a permanência de seus filhos na comunidade?
27. O(a) senhor(a) acredita que a organização das pessoas da comunidade pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida na comunidade? [] Sim [] Não // Se sim, como?
28. Quais são os principais problemas enfrentados na comunidade comunidade?
29. Quais os pontos positivos e negativos de a comunidade ser cortada pela rodovia?
30. O que mudou para a comunidade e para a sua vida com o reconhecimento do território quilombola?
31. Já aconteceram conflitos pela terra na comunidade?
32. Como o(a) senhor(a) avalia o fato de a comunidade estar hoje rodeada por grandes fazendas?
37. Comentários gerais: